

turismo litoral

coastal tourism

Regional Development Aspects

Impact of tourism on coastal regions

Os Aspectos do Desenvolvimento Regional

Impacto do Turismo nas Regiões Costeiras



PARLAMENTO EUROPEU
GABINETE DA DEPUTADA
JAVIERA MADRERA

Gabinete da Deputada ao Parlamento Europeu Jámila Madeira
www.jamilamadeira.org

Design:
Charrão Studio (HP2C, Unipessoal Lda)
www.charraostudio.com

relatório

sobre os aspectos de desenvolvimento regional
do impacto do turismo nas regiões costeiras

report

on the regional development aspects
of the impact of tourism on coastal regions



Dia 20 de Maio celebra-se o Dia Europeu do Mar. Em 2009, por iniciativa do Parlamento Europeu e com o apoio da Comissão Europeia, este dia será subordinado ao tema dos aspectos do desenvolvimento regional do impacto do turismo nas zonas costeiras. Neste momento e no quadro actual de definição dos horizontes futuros das políticas da UE, o Turismo surge como um elemento inultrapassável.

O turismo foi incluído no Tratado de Lisboa como sector primordial para o desenvolvimento económico e para a coesão na UE. Múltiplas têm sido as iniciativas desenvolvidas que incluem o turismo. Iniciativas vitais para uma visão de futuro para a UE, falemos de Política Marítima e do Impacto do Turismo nas Zonas Costeiras, falemos do dossier Energia, da eficiência energética e de transportes energeticamente responsáveis ou falemos de desenvolvimento regional e da sustentabilidade desses territórios em associação com o turismo.

Por todas estas razões o Dia Europeu do Mar ganha agora no quadro da UE particular relevância .

Também por isso assumi a responsabilidade de produzir este relatório de iniciativa sobre o impacto do Turismo nas zonas costeiras na óptica do desenvolvimento regional, procurando que fosse seu objectivo associar este sector crucial para o desenvolvimento de Portugal e da UE com a sua ferramenta mais visível, a política de coesão.

Os fundos estruturais, a cooperação territorial e os demais instrumentos de coesão, têm sido as peças mais visíveis para os cidadãos da acção da UE no território.

May 20 celebrates the European Maritime Day. In 2009 at the initiative of the European Parliament and with the support of the European Commission, this day will focus on the impact of tourism in coastal areas regarding regional development. Nowadays, under the current framework of future EU policies, tourism emerges as a crucial element.

Tourism has been included in the Lisbon Treaty as a key sector for economic development and EU cohesion. Many initiatives include tourism. These initiatives are crucial for a future vision of the EU, on issues such as Maritime Policy, the impact of tourism on coastal regions, energy, energy efficiency and energetically accountable transport or regional development and sustainability of areas related to tourism. For all these reasons, the European Maritime Day is now highlighted in the EU, with a significant meaning attached to it.

This is also why I took the responsibility to write this own-initiative report on the regional development aspects of the impact of tourism in coastal regions, looking to link this crucial sector for Portugal and EU development with its most visible tool: cohesion policy.

The Structural Funds, territorial cooperation and other cohesion instruments have been the most visible tools of EU action to citizens. That is why the pillar of innovation and knowledge has been rewarded. This pillar must be in the forefront of innovation and training and set excellence standards for tourism in the future.

As part of this report, Tourism and the Sea are related to a wider concept of coastal regions in which the territory is seen as a complex and integrated

É nesse espírito que o pilar inovação e conhecimento tem vindo a ser premiado. Este deve ser a vanguarda da inovação e da formação e marcar pela excelência o futuro do turismo.

Neste relatório, Turismo e Mar surgem associados a um conceito alargado de zona costeira em que o território é visto como um elemento complexo e integrado. Este território carece de instrumentos também eles integrados e com uma visão de actuação holística. Assim, iniciar um debate que conduzirá a uma acção concreta da UE nesta matéria foi o objectivo inicial deste relatório. Nele vão encontrar visões políticas que se alimentaram de observações e análises científicas. O objectivo final será o de garantir que com um profícuo debate inicial entre todos os intervenientes começemos um processo de construção de uma nova visão de futuro para estas temáticas. Isto sendo certo que estamos perante um importante pontapé de saída que nos levará tão longe quanto os seus promotores quiserem.

É nesta linha de acção que me tenho batido até agora no Parlamento Europeu, por forma a compensar as regiões com handicaps permanentes como o meu país, Portugal, e a minha região, o Algarve, e garantir a coesão económica, social e territorial na UE. Assim, conseguiremos certamente afirmar-nos nesta matéria pelo bom caminho.

Jamila Madeira
 Deputada ao Parlamento Europeu

element. This territory lacks integrated tools with an holistic vision of action.

The original purpose of this report was to kick off a debate that would lead to concrete action by the EU in this field. You will find political ideas which were based on scientific findings and analysis. The ultimate goal of the report is to ensure that a meaningful initial discussion among all stakeholders will unlock the process for a new future vision for these issues.

It is true that we are facing an important kick-off that will take us as far as we want.

Following this purpose, I have been fighting in the European Parliament in order to compensate regions with permanent handicaps, such as my country, Portugal, and my region, the Algarve, and to ensure economic, social and territorial cohesion in the EU. I believe this is the right way that will allow us to state our position and ideas in this field.

*Jamila Madeira
 Member of the European Parliament*

índice / index

Intervenção da Deputada Jamila Madeira em Plenário <i>Jamila Madeira (MEP) speech in the Plenary</i>	9
Intervenção do Comissário Vladimir Spidla em Plenário <i>Vladimir Spidla (Member of the European Commission) speech in the Plenary</i>	12
Texto aprovado pelo Parlamento Europeu <i>Tex adopted by the European Parliament</i>	14
Exposição de motivos <i>Explanatory Statement</i>	32
Resultado da Votação Final em Plenário <i>Result of final vote in the Plenary</i>	35

Presidente, caros Colegas,

É com particular satisfação que me apresento perante vós para expor o trabalho feito em conjunto com todos neste relatório de iniciativa. Para mim e para todos os que colaboraram no desenrolar deste processo, é claro que fizemos o nosso trabalho. A todos, em particular aos colegas relatores-sombra dos diferentes grupos políticos que muito se esforçaram para alcançar compromissos com futuro, ao staff do desenvolvimento regional sempre disponível, nomeadamente ao Miguel Tell Cremades e à Elisa Daffarra, ao staff do PSE, à Lila e ao Petrus, à Comissão Europeia que, fazendo-se sempre representar pelas diversas Direcções-Gerais que um relatório tão abrangente engloba, acompanhou permanentemente e de perto os trabalhos e muito se empenhou para que chegassem a bom porto. Ao meu gabinete, e muito em particular à Joana Benzinho, a todos o meu muito sincero obrigado, em nome de um desenvolvimento mais harmonioso e estruturado para as regiões costeiras e para o turismo na União Europeia.

Os 27 Estados-Membros da União Europeia somam entre si mais de 89 mil quilómetros de zona costeira. Esta apresenta uma variedade de características muito particulares que, de acordo com a sua localização, se demarcam quer pelo cosmopolitismo, se falarmos de cidades como Lisboa, Copenhaga ou Estocolmo, quer pelas dificuldades de serem regiões periféricas ou ultraperiféricas, com problemas de ligações às grandes urbes ou com acelerados contextos de desertificação, como o Algarve, a Ligúria, as Ilhas Canárias ou a Madeira. De uma maneira ou de outra, todos se identificam com a noção de costa e zona costeira e vivem diariamente as vantagens e desvantagens que a estas estão associadas.

De acordo com os dados disponíveis, até 2010, cerca de 75% da humanidade viverá nas zonas costeiras. De acordo com os circuitos e relações entre si, definimos estas zonas como os 50 quilómetros em linha recta que vão da linha de costa para as zonas do interior. Sim, regiões e não faixas marítimas, desanexadas de uma visão inte-

Mr President, ladies and gentlemen,

I am very pleased to be here before you explaining the work carried out by everyone on this own-initiative report. In my view, and in the view of everyone who helped to develop this report, it is clear that we have done our work. I must thank everyone, particularly the shadow rapporteurs from the various political groups who tried so hard to achieve compromises with a future; the regional development staff, who are always ready to help, not least Miguel Tell Cremades and Elisa Daffarra; the staff of the Socialist Group in the European Parliament, Lila and Petrus, and also the European Commission. The latter, represented as always by the various Directorates-General which such a wide-ranging report involves, constantly and closely monitored our work and made a major effort to ensure a successful outcome. I must also give my sincere thanks to my whole office, particularly Joana Benzinho, on behalf of a more harmonious and structured development for the coastal regions and for tourism in the European Union.

The European Union's 27 Member States account for more than 89 000 kilometres of coastline. This offers a wide variety of highly specific characteristics which, depending on the location, are marked by cosmopolitanism, such as in the cities of Lisbon, Copenhagen or Stockholm, or by the difficulties of being peripheral or outermost regions, such as the Algarve, Liguria, the Canary Islands or Madeira, which struggle to maintain a connection with the major cities or suffer from accelerated desertification. In one way or another, everyone identifies with the concept of coastline and coastal regions and experiences the advantages and disadvantages associated with them every day.

According to available data, by 2010 approximately 75% of humanity will live in coastal regions. Given the links and relations between them, we define these regions as the first 50 kilometres in a straight line inland from the coastline. These are regions, and not maritime strips. They lack the integrated view which they so desperately need and to which our ancestors also subscribed. It is here where a whole population descends, in search of opportunities and economic synergies and, in many cases, with the sole expectation

grada de que estas matérias tanto carecem e que os nossos antepassados também subscreveriam. Aqui se concentra toda esta população em busca de oportunidades e de sinergias económicas e, em muitos casos, tendo apenas como expectativa que estas girem em torno do turismo. Assim, a evidente necessidade de uma visão pragmática e integrada do impacto do turismo nas zonas costeiras tomou conta das nossas mentes e levounos a pôr mãos à obra.

No actual contexto de crise financeira em que o impacto sobre a economia real se torna cada vez mais inultrapassável, o turismo aparece como um sector com uma enorme potencialidade de ser directa ou indirectamente afectado de maneira brutal. As regiões que para o seu desenvolvimento têm uma dependência esmagadora ou total deste vêem a sua actividade ameaçada e olham para o futuro com desconfiança, sobretudo porque o turismo não é presentemente uma competência da União Europeia. No entanto, medidas articuladas podem e devem ser tomadas e o espírito em que ficou imbuído o Tratado de Lisboa reflecte essa mesma tendência. No entanto, esperar até ao momento da entrada em vigor do Tratado para começar a agir é esperar pela fase em que choraremos sobre o leite derramado.

A actividade turística presente e a frágil realidade das regiões que desta dependem exigem de nós acção urgente e eficaz. O facto de estas serem zonas estruturalmente dependentes do turismo como promotor de emprego, apesar de muitas vezes ser emprego sazonal, e de uma actividade de mão-de-obra intensiva não pode ser escamoteado num contexto de pressão sobre as zonas urbanas e sobre o desemprego. Por isso mesmo, este relatório que aqui e agora vos trazemos, que era já da maior oportunidade e urgência quando a Comissão do Desenvolvimento Regional desta casa decidiu promovê-lo, assume agora que deve ser desde já visto como uma prioridade para a Comissão Europeia e para o Conselho Europeu. Prioridade, sim, às inúmeras iniciativas que este incorpora, bem como àquelas relativamente às quais assume o seu apoio expresso e que foram já veiculadas por outras instituições, a par das medidas assumidas no plano de emergência da

that these will revolve around tourism. That is why the clear need for a pragmatic and integrated view of the impact of tourism on coastal regions took hold in our minds and led us to start work.

In the current financial crisis in which the impact on the real economy is becoming increasingly difficult to overcome, tourism seems to be a sector with huge potential to be severely affected either directly or indirectly. Those regions which are totally or heavily dependent for their development on tourism are seeing their businesses threatened and are facing the future with uncertainty, particularly as tourism is not currently one of the competences of the European Union. However, integrated measures can and must be adopted, and the spirit imbuing the Treaty of Lisbon reflects this idea. However, waiting for the Treaty to enter into force before acting would be to wait for the time when we can cry over spilt milk.

Tourism as it stands at the moment and the fragile situation of those regions which depend on it require us to act urgently and effectively. The fact that these regions are structurally dependent on tourism as a creator of jobs, albeit often seasonal ones, and an employer of intensive labour cannot be forgotten in a context of pressure on urban areas and unemployment. This report, which we are now putting before you here, was already very opportune and urgent when the Committee on Regional Development decided to prepare it. Now it has become what must be regarded as a priority for the European Commission and for the European Council. We must give priority to the countless initiatives included in this report, together with those already developed by other institutions, which it expressly supports, in line with the measures included in the Commission's emergency plan. Among these I must highlight the revision of the Globalisation Adjustment Fund, through which the issues associated with this sector and the impact it is suffering at the moment must clearly be tackled.

It is vital to ensure the development of new segments of the economy in these coastal regions, thus ensuring their social and environmental sustainability and promoting real integration among the various sectoral policies, such as the maritime sector, transport, energy, cohesion instruments already on the

Comissão, das quais saliento a revisão do fundo de ajustamento à globalização, no qual as questões associadas a este sector e ao choque a que este está sujeito neste momento devem ser obviamente abarcadas.

É crucial garantir o desenvolvimento de novos segmentos da economia destas zonas costeiras, garantindo a sua sustentabilidade social e ambiental e promovendo a real integração das diferentes políticas sectoriais, como o sector marítimo, os transportes, a energia, os instrumentos de coesão já no terreno, a nova política de produtos de qualidade que a revisão da PAC incorpora com o anúncio do relatório sobre o Health Check e os novos produtos turísticos nestas zonas costeiras, tendo em conta o seu crucial contributo para a economia europeia. A implementação de uma visão adequada e holística para esta política deve ser uma realidade a breve trecho na União Europeia.

Para terminar, Senhor Presidente, só com uma clara articulação destes instrumentos e uma acção rápida e eficaz envolvendo todos os parceiros intervenientes já no terreno, poderemos garantir que teremos na União Europeia um sector de turismo costeiro sustentável e com futuro.

Jamila Madeira
Deputada ao Parlamento Europeu
Intervenção em Plenário

ground, the new quality product policy included in the revision of the common agricultural policy, as announced in the Health Check report, and new tourism products in these coastal regions, bearing in mind their crucial contribution to the European economy. The adoption of an appropriate holistic view with regard to this policy must become reality as quickly as possible in the European Union.

To conclude, Mr President, only the clear integration of these instruments and rapid and effective action involving all stakeholders on the ground can guarantee that we will have a sustainable coastal tourism sector, with a real future, in the European Union.

Jamila Madeira
Member of the European Parliament
Speech in the Plenary

Senhor Presidente, Senhores Membros,
Senhora Deputada,

Gostaria de agradecer à senhora deputada Madeira por este relatório e felicitá-la pela qualidade e relevância do seu trabalho: as regiões costeiras da UE são muito importantes, uma vez que se concentram uma parte substancial da actividade económica. Além disso, este relatório preconiza uma abordagem holística para o turismo nas zonas costeiras, pois envolve questões como o ambiente marinho e costeiro, transportes marítimos, o emprego nas zonas costeiras, o apoio às pequenas e médias empresas e à promoção da pesca. Isto confirma a necessidade de um forte, política marítima integrada para a União Europeia, para o qual a Comissão Europeia tem vindo a trabalhar desde 2005 sublinhando a ligação entre a política regional, coesão territorial e política marítima.

A Comissão Europeia adoptou, em Outubro de 2007, um Plano de Acção para uma Política Marítima Integrada, que tem vindo a ser gradualmente implementado.

Algumas das medidas que a Comissão realiza neste momento para responder directamente aos problemas e necessidades expressas neste relatório, são as seguintes:

1) para assegurar uma verdadeira transparência dos instrumentos de financiamento das regiões costeiras a partir do Outono de 2009, criou-se uma base de dados de projectos apoiados pelos diferentes fundos comunitários. Isso tudo depende da rapidez e com que as regiões poderão enviar essas informações

2) o reforço da cooperação inter-regional no sector do turismo nas zonas costeiras. O INTERREG permite o estabelecimento de redes de regiões de acordo com os 30 temas prioritários, dos quais 2 estão relacionadas com os assuntos marítimos, incluindo o turismo. Parece-me importante informar que houve um convite à apresentação de propostas, aberto para meados de Janeiro de 2009, em que se exorta as regiões costeiras a apresentar projectos que levem à criação destas redes e que tornem possível a troca de informações e de melhores práticas entre as regiões costeiras.

Quanto aos procedimentos é com agrado que vos comunico que o relatório também reconhece claramente o impacto positivo da política de coesão da UE ao nível do desenvolvimento das regiões costeiras.

Mr President, ladies and gentlemen,

I would like to thank the rapporteur, Mrs Madeira, for the report and to congratulate her on the quality and significance of her work: the coastal regions are very important for the EU since a considerable proportion of economic activity is concentrated in these areas.

The report moreover provides an all-round approach to tourism in the coastal regions as it includes issues such as the marine and coastal environments, sea transport, employment in the coastal regions, support for small and medium-sized enterprises and support for fishing. It confirms the need for a strong and integrated maritime policy for the European Union, which the European Commission has been working on since 2005 and which emphasises the connections between regional policy, territorial cohesion and maritime policy.

In order to give the policy a concrete form, the Commission adopted in October 2007 the action plan for an integrated maritime policy, which is gradually being applied. Some of the steps which the Commission is implementing at the moment are a direct reaction to the problems and demands expressed in the report, especially:

1) Based on the demands for full transparency in financing for the coastal regions a database of the projects supported from various Community funds will be created by the autumn of 2009. I would like to mention here that the quality and completeness of this database will depend on the readiness of the regions to provide information;

2) Strengthening inter-regional cooperation in tourism in the coastal regions. The programme INTERREG IVC enables the creation of a network of regions in connection with the 30 priority themes, of which 2 are related to maritime matters, including tourism. For your information, a second invitation has been issued to submit proposals within the framework of the IVC programme up to the middle of January 2009. I am inviting the coastal regions to submit projects for creating networks aimed at ensuring the submission and implementation of well-proven procedures within the framework of the coastal regions.

I am delighted to say that the report also clearly acknowledges the favourable impact of EU cohesion policy on the development of coastal regions. The 2007–2013 programme period presents many real opportunities for these regions and provides a framework for European technical and financial support for their development plans. Thanks to the

O período de programação 2007-2013 representa realmente para estas regiões novas oportunidades, e fornece um quadro para o apoio técnico e financeiro europeu para os seus planos de desenvolvimento. Graças à política de coesão, tal como actualmente definida, as regiões costeiras poderão fazer investimentos no desenvolvimento das suas zonas costeiras e ilhas dando prioridade aos investimentos nos portos, investigação marítima, a energia derivada de recursos costeiros, património marítimo e, evidentemente, ao turismo costeiro. Em particular, fora da principal estação turística, pode ajudar a compensar a fraca actividade da pesca, agricultura, indústria pesada e de transporte. Ao fazê-lo, poderemos colmatar algumas das lacunas anteriores.

Permita-me, contudo, notar que caberá às regiões costeiras a selecção dos melhores projectos para melhorar a competitividade da sua economia e promover o turismo sustentável a nível local.

Permitam-me recordar que a Comissão tomou toda uma série de medidas muito específicas destinadas a reduzir a sazonalidade das actividades no domínio do turismo nestas regiões, como o projecto-piloto "Destinos Europeus de Excelência". Um dos objectivos desta iniciativa é ajudar a equilibrar o fluxo de turistas a fim de apoiar todos os países e regiões europeias.

Para concluir, gostaria de agradecer novamente à senhora Madeira pelo óptimo trabalho que levou a cabo neste relatório e gostaria de vos lembrar que o turismo nas regiões costeiras tem um efeito positivo se for devidamente controlado em termos de sustentabilidade.

Neste contexto, tenho o prazer de vos informar que, com base no interesse manifestado no relatório da deputada Madeira, a Comissão decidiu realizar um debate com as pessoas envolvidas no sector do turismo nas zonas costeiras sob a égide do Dia Marítimo Europeu que se realizará nos dias 19 e 20 Maio de 2009. Permitam-me aproveitar esta oportunidade para vos convidar a participar em algumas destas actividades descentralizadas que são organizadas no âmbito deste Dia Marítimo Europeu 2009, que a Comissão apoia plenamente. *

Vladimir Spidla
Membro da Comissão Europeia

current definition of the cohesion policy the coastal regions are able to invest in the development of their shoreline areas and islands, as the policy prioritises investments in harbours, maritime research, energy obtained from coastal sources, maritime heritage and of course coastal tourism. Outside the main season in particular tourism can help to make up for locally reduced levels in fishing, agriculture, heavy industry and transport.

I would like, however, to mention that it is up to the coastal regions to select the best projects for improving the competitiveness of their economy and for supporting sustainable tourism at a local level. I would like to mention that the Commission is taking very concrete steps aimed at reducing the seasonal nature of activities in the area of tourism, such as the pilot project 'European Destinations of Excellence' (EDEN). One of the aims of this initiative is to help establish a more regular flow in numbers of tourists and to direct them towards non-traditional destinations with the aim of supporting all European countries and regions.

In conclusion, allow me to thank the rapporteur for the good work she has produced in the report, and to note that tourism has a positive effect on coastal regions provided it is properly controlled from the perspective of sustainability.

In this context I am delighted to tell you that based on the interest expressed in the report of Mrs Madeira, the Commission will be able to organise discussions on topics related to tourism in coastal areas within the framework of the conference to mark European Maritime Day, which will take place on 19 and 20 May 2009. Allow me to take this opportunity to invite MEPs to participate in the decentralisation of activities connected with Maritime Day 2009 which the Commission fully supports.

*Vladimir Spidla
Member of the European Commission*

Resolução do Parlamento Europeu

sobre os aspectos
de desenvolvimento regional
do impacto do turismo
nas regiões costeiras

(2008/2132(INI))

O Parlamento Europeu,

- Tendo em conta o Regulamento (CE) No. 1080/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho de 5 Julho de 2006 relativo ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional;

- Tendo em conta o Regulamento (CE) No. 1082/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 Julho de 2006, relativo aos agrupamentos europeus de cooperação territorial (AECT);

- Tendo em conta o Regulamento (CE) No. 294/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Março de 2008, que estabelece o Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia;

- Tendo em conta o Regulamento (CE) N.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho de 2006, que estabelece disposições gerais sobre o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo Social Europeu e o Fundo de Coesão;

- Tendo em conta a Directiva 2008/56/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de Junho de 2008, que estabelece um quadro de acção comunitária no domínio da política para o meio marinho (Directiva-Quadro «Estratégia Marinha»);

European Parliament Resolution

on the regional development
aspects
of the impact of tourism
on coastal regions

(2008/2132(INI))

The European Parliament,

- *Having regard to Regulation (EC) No 1080/2006 of the European Parliament and of the Council of 5 July 2006 on the European Regional Development Fund(1),*

- *Having regard to Regulation (EC) No 1082/2006 of the European Parliament and of the Council of 5 July 2006 on a European grouping of territorial cooperation (EGTC)(2),*

- *Having regard to Regulation (EC) No 294/2008 of the European Parliament and of the Council of 11 March 2008 establishing the European Institute of Innovation and Technology(3),*

- *Having regard to Council Regulation (EC) No 1083/2006 of 11 July 2006 laying down general provisions on the European Regional Development Fund, the European Social Fund and the Cohesion Fund(4),*

- *Having regard to Directive 2008/56/EC of the European Parliament and of the Council of 17 June 2008 establishing a framework for community action in the field of marine environmental policy (Marine Strategy Framework Directive)(5),*

- Tendo em conta a Decisão N.º 1982/2006/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de Dezembro de 2006, relativa ao Sétimo Programa-Quadro da Comunidade Europeia de actividades em matéria de investigação, desenvolvimento tecnológico e demonstração (2007 a 2013);
- Tendo em conta a proposta da Comissão, de 24 de Janeiro de 2007, de Directiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa às taxas aeroportuárias;
- Tendo em conta a Comunicação da Comissão, de 27 de Setembro de 2000, relativa à “gestão integrada da Zona Costeira: uma estratégia para a Europa (COM(2000)0547);
- Tendo em conta a comunicação da Comissão, de 19 de Outubro de 2007, intitulada “Agenda para um Turismo Europeu Sustentável e Competitivo” (COM(2007)0621);
- Tendo em conta a Comunicação da Comissão, de 17 de Março de 2006, intitulada “Uma política de turismo europeia renovada: rumo a uma parceria reforçada para o turismo na Europa” (COM(2006)0134), e a Resolução do Parlamento Europeu de 29 de Novembro de 2007, sobre este tema;
- Tendo em conta a Comunicação da Comissão, de 10 de Outubro de 2007, intitulada “Uma política marítima integrada para a União Europeia” (COM(2007)0575), e a Resolução do Parlamento Europeu de 20 de Maio de 2008, sobre este tema;
- Tendo em conta a Comunicação da Comissão, de 23 de Janeiro de 2008, intitulada “Duas vezes 20 até 2020: as alterações climáticas, uma oportunidade para a Europa” (COM(2008) 0030);
- Tendo em conta o Livro Verde da Comissão, de 7 de Junho de 2006, sobre “Para uma futura política marítima da União: Uma visão europeia para os oceanos e os mares” (COM(2006)0275);
- Tendo em conta as conclusões da Presidência do Conselho Europeu de Bruxelas de 14 Dezembro de 2007;
- *Having regard to Decision No 1982/2006/EC of the European Parliament and of the Council of 18 December 2006 concerning the Seventh Framework Programme of the European Community for research, technological development and demonstration activities (2007 - 2013)(6),*
- *Having regard to Commission proposal of 24 January 2007 for a Directive of the European Parliament and of the Council on airport charges,*
- *Having regard to the Commission communication of 27 September 2000 'Integrated coastal zone management: a strategy for Europe' (COM(2000)0547),*
- *Having regard to the Commission communication of 19 October 2007 'Agenda for a sustainable and competitive European tourism' (COM(2007)0621),*
- *Having regard to the Commission communication of 17 March 2006 'A renewed EU Tourism Policy: Towards a stronger partnership for European tourism' (COM(2006)0134), and to the resolution of Parliament of 29 November 2007 on that subject(7),*
- *Having regard to the Commission communication of 10 October 2007 'An Integrated Maritime Policy for the European Union' (COM(2007)0575), and to the resolution of Parliament of 20 May 2008 on that subject(8),*
- *Having regard to the Commission communication of 23 January 2008 '20 20 by 2020 - Europe's climate change opportunity' (COM(2008)0030),*
- *Having regard to Commission Green Paper of 7 June 2006 'Towards a future Maritime Policy for the Union: A European vision for the oceans and seas' (COM(2006)0275),*
- *Having regard to the Presidency Conclusions of the Brussels European Council of 14 December 2007,*

- Tendo em conta a Declaração Tripartida Conjunta, de 20 de Maio de 2008, do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão, que estabelece um "Dia Marítimo Europeu", a celebrar anualmente em 20 de Maio;

- Tendo em conta o artigo 45.º do seu Regulamento;

- Tendo em conta o relatório da Comissão do Desenvolvimento Regional e o parecer da Comissão dos Transportes e do Turismo (A6-0442/2008);

a. Considerando que no território da UE há seis macrozonas costeiras, a saber, as zonas do Atlântico, do Mar Báltico, do Mar Negro, do Mediterrâneo, do Mar do Norte e das regiões ultraperiféricas, cada uma delas com um recurso territorial e um conceito diferentes de turismo.

b. Considerando que uma parte importante da população europeia está distribuída ao longo de 89.000 km de litoral europeu,

c. Aceitando a definição de "zonas costeiras" utilizada no âmbito da Política Marítima da UE, a saber, zonas ou áreas costeiras dentro dos 50 km em linha recta que vão da linha da costa para o interior continental,

d. Considerando que as regiões costeiras se revestem de uma grande importância para a União Europeia, mercê da considerável percentagem de actividades económicas nelas concentrada,

e. Considerando a definição de gestão integrada das zonas costeiras e o papel que o turismo desempenha na consecução desse objectivo,

f. Considerando que o desenvolvimento harmonioso das regiões litorais aproveita não somente aos residentes das zonas costeiras, mas igualmente a todas as pessoas que vivem na União Europeia,

g. Considerando que, sendo o turismo geralmente a principal actividade nestas regiões

- *Having regard to the Joint Tripartite Declaration of 20 May 2008 between Parliament, the Council and the Commission Establishing a 'European Maritime Day', to be celebrated on 20 May each year,*

- *Having regard to Rule 45 of its Rules of Procedure,*

- *Having regard to the report of the Committee on Regional Development and the opinion of the Committee on Transport and Tourism (A6-0442/2008),*

a. *whereas the EU has six coastal macro-zones, namely those corresponding to the Atlantic, the Baltic, the Black Sea, the Mediterranean, the North Sea and the outermost regions, each with its particular territorial resources and its specific concept of tourism,*

b. *whereas a significant part of the European population lives on the 89 000 km stretch of mainland European coast,*

c. *accepting the definition of 'coastal zones' employed in the context of the EU's maritime policy, i.e. zones or areas located on the coast or within 50 km from the coast in a straight line,*

d. *whereas coastal regions are extremely important for the EU, since a significant percentage of economic activity is concentrated in them,*

e. *having regard to the definition of integrated coastal zone management and the role played by tourism in achieving that objective,*

f. *whereas the positive development of coastal regions benefits not only the people residing in coastal areas, but all people living in the EU,*

g. *whereas tourism, while typically the main activity in these regions, positively contribu-*

e influenciando de forma positiva o desenvolvimento socioeconómico em termos de crescimento do PIB e dos níveis de emprego, também pode afectar negativamente o território devido à sazonalidade, ao emprego de mão-de-obra não qualificada, à escassa integração entre a costa e o interior, à pouca diversificação económica e à degradação do patrimóninatural e cultural,

h. Considerando que nos diversos Programas Operacionais para o período 2007-2013 não surge praticamente nenhuma referência específica às áreas costeiras, o que dá origem a uma parca disponibilidade de dados socio-económicos e financeiros comparáveis e fiáveis no que respeita ao turismo costeiro;

i. Considerando que, na falta de dados comparáveis e fiáveis sobre o turismo costeiro, o valor económico do sector pode ser subestimado, com a conseqüente subvalorização do valor económico da preservação do ambiente marinho e uma sobrevalorização do papel dos investimentos na consecução desse objectivo;

j. Considerando que, devido à falta de informação sobre os fundos da UE investidos nas zonas costeiras, é dificilmente identificável do ponto de vista quantitativo o verdadeiro impacto dos Fundos Estruturais no turismo costeiro,

k. Considerando que o turismo se encontra na intersecção de várias políticas da UE que afectam de forma considerável a sua capacidade para contribuir para a coesão social e territorial;

l. Considerando que, do ponto de vista qualitativo, os Fundos Estruturais podem afectar positivamente o desenvolvimento das regiões costeiras, revitalizando as economias locais, estimulando o investimento privado e promovendo o turismo sustentável,

ting to social and economic development in terms of increasing GDP and employment levels, can also have adverse territorial effects arising from the seasonal nature of activity, employment of unskilled labour, lack of integration between coast and hinterland, lack of economic diversification, or the degradation of the natural and cultural heritage,

h. whereas there is practically no specific reference to the coastal zones in the various operational programmes for 2007-2013, and as a result there is a lack of comparable and reliable socio-economic and financial data for coastal tourism,

i. whereas, in the absence of reliable comparative data on coastal tourism, it is possible that this sector's economic strength is being underestimated, leading to undervaluation of the economic value of preserving the marine environment and overvaluation of the role of investment in achieving that goal,

j. whereas, because of a lack of information on the EU funds invested in the coastal zones it is difficult to make a quantitative assessment of the real impact of the Structural Funds on coastal tourism,

k. whereas tourism is located at the intersection of various EU policies which substantially affect its capacity to contribute to social and territorial cohesion,

l. whereas, from a qualitative point of view, the Structural Funds can have a positive impact on the development of coastal regions, revitalising the local economies, stimulating private investment and promoting sustainable tourism,

m. Considerando que tal impacto é mais visível em áreas como as pequenas ilhas nas regiões ultraperiféricas ou zonas costeiras onde o turismo costeiro representa a principal actividade económica,

n. Considerando que as áreas costeiras são profundamente influenciadas pela sua situação geográfica, necessitando de uma estratégia estruturada que tenha em consideração as suas características especiais, o princípio da subsidiariedade e a necessidade de coerência entre sectores no processo de decisão,

o. Considerando que, além disso, as regiões costeiras coincidem frequentemente com o facto de serem regiões remotas, como as pequenas ilhas, regiões ultraperiféricas ou zonas costeiras com alta dependência do turismo e acessibilidade limitada fora da época alta, onde, em prol da coesão territorial deverão ser dotadas de melhores infra-estruturas, mais ligações regulares entre o litoral e o interior e, através de estratégias de marketing territorial e de desenvolvimento económico integrado potenciadores de investimentos, seja promovida a manutenção da actividade económica fora da época alta turística,

p. Considerando que as zonas costeiras, se bem que caracterizadas por problemas idênticos, não contam com instrumentos específicos que permitam uma abordagem estruturada e uma melhor comunicação entre os principais actores, que trabalham frequentemente de forma independente e isolada,

q. Considerando que os poderes públicos só poderão encontrar e aplicar soluções integradas para acudir aos problemas reais existentes a nível local e regional, se cooperarem com o sector privado e se tiverem em conta, quer os interesses ambientais, quer os interesses da comunidade,

r. Considerando que a criação de instrumentos específicos contribuirá para estratégias de desenvolvimento mais integradas e sustentáveis, melhorando a competitividade

m. whereas there is a more visible impact in locations such as small islands in the outermost regions or coastal zones where coastal tourism is the main economic activity,

n. whereas coastal areas are strongly influenced by their geographical location, and require a structured strategy taking account of their specific characteristics and of the principle of subsidiarity and the need for a decision-making process that applies consistency between sectors,

o. whereas, in addition, coastal regions are often also outlying regions such as small islands, outermost regions or tourism-dependent coastal areas whose accessibility is limited outside the high season, where territorial cohesion requires the creation of better infrastructures and more regular transport links between coast and interior, as well as the encouragement, via investment-generating strategies for territorial marketing and integrated economic development, of continued economic activity outside the tourist season,

p. whereas the coastal zones, despite having similar problems, do not possess specific instruments which would enable a structured approach and better communication among the main actors, who frequently work independently and in isolation from each other,

q. whereas integrated solutions to real problems can be found and implemented at local and regional level by the public authorities working in cooperation with the private sector and keeping in view both environmental and community interests,

r. whereas the creation of policy instruments will help contribute to more integrated and sustainable development strategies, improving economic competitiveness by preser-

económica ao preservar os recursos naturais e culturais, ao satisfazer as necessidades sociais e ao promover modelos de turismo responsável,

s. Considerando que tal poderia contribuir para a criação de melhores empregos nas zonas costeiras, reduzir a sazonalidade e conjugar diferentes formas de turismo e outras actividades marítimas ou costeiras, ajustando, assim, a oferta às elevadas expectativas e solicitações dos turistas modernos e permitindo a criação de emprego qualificado,

t. Considerando que o objectivo “Cooperação Territorial Europeia”, estabelecido no artigo 6.º do Regulamento (CE) N.º 1080/2006, poderá contribuir eficazmente para as prioridades acima mencionadas, financiando projectos de cooperação e o desenvolvimento de redes de parcerias entre actores sectoriais e áreas costeiras; salientando, nesse contexto, a importância do Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial (AECT) previsto no Regulamento (CE) N.º 1082/2006 como instrumento de criação de cooperações estáveis no domínio do desenvolvimento sustentável das regiões costeiras, com a participação dos parceiros locais e sociais,

01. Salieta que o turismo é um factor essencial para o desenvolvimento socioeconómico das regiões costeiras da UE, estando estreitamente associado aos objectivos da Estratégia de Lisboa; salienta igualmente que os objectivos da Estratégia de Gotemburgo deveriam ser tidos em conta, de forma mais rigorosa nas actividades relacionadas com o turismo costeiro;

02. Incentiva os Estados-Membros costeiros a conceberem estratégias específicas e planos integrados a nível nacional e regional, que atenuem o carácter sazonal do turismo nas regiões costeiras e garantam às comunidades locais um emprego mais estável e uma melhor qualidade de vida; frisa, neste contexto, a importância de transformar os sectores tradicionais de carácter sazonal em

ving natural and cultural resources, meeting social needs and promoting models of ethical tourism,

s. whereas this could help create better jobs in the coastal zones, reducing the seasonal element and combining different forms of tourism and other maritime or coastal activities, thus adjusting the supply to the demanding expectations and requirements of modern-day tourists and permitting the generation of skilled employment,

t. whereas the European territorial cooperation objective laid down in Article 6 of the Regulation (EC) No 1080/2006, can make an effective contribution to the above priorities, via the funding of cooperation projects and the development of partnership networks between sectoral players and the coastal areas, stressing in this context the importance of utilising the European grouping of territorial cooperation (EGTC) provided for in Regulation (EC) No 1082/2006 as an instrument for creating ongoing cooperation in the field of the sustainable development of coastal regions, with the participation of local and social partners,

01. *Stresses that tourism is a key factor for the social and economic development of the EU's coastal regions and is closely linked to the objectives of the Lisbon strategy; also emphasises that the objectives of Gothenburg Strategy should be more rigorously taken into account for coastal tourism activities;*

02. *Encourages coastal Member States to design specific strategies and integrated plans at national and regional level in order to counteract the seasonal nature of tourism in coastal regions and ensure more stable employment and a better quality of life for local communities; emphasises, in this context, the importance of extending the traditional seasonal business to a year-round activity*

actividades desenvolvidas ao longo de todo o ano, mediante a diversificação dos produtos e a busca de formas alternativas de turismo (por exemplo, turismo de negócios, turismo cultural, turismo médico, turismo desportivo, turismo agrícola e turismo relacionado com as actividades de lazer no mar); observa que a diversificação dos produtos e serviços contribuirá para criar mais crescimento e mais postos de trabalho e reduzir os efeitos ambientais, económicos e sociais;

03. Saliencia a necessidade de salvaguardar os direitos dos trabalhadores do sector, promovendo empregos de qualidade e a aquisição de qualificações, o que implica, entre outros aspectos, uma formação profissional adequada, a promoção de vínculos contratuais estáveis e um nível de remunerações salariais equitativo e dignificante, bem como a melhoria das condições de trabalho;

04. Exorta a uma abordagem integrada do turismo costeiro no contexto das políticas de coesão, marítima, das pescas, ambiental, transportes, energia, social e de saúde da UE, por forma a criar sinergias e a evitar intervenções contraditórias; recomenda à Comissão que tenha em conta uma tal abordagem integrada do crescimento sustentável do turismo costeiro, em especial no que respeita à política marítima da UE, como um objectivo estratégico do seu Programa de Trabalho para 2010-2015 e também no contexto da revisão a médio prazo do quadro financeiro 2007-2013;

05. Convida os Estados-Membros a assegurarem que as autoridades regionais e locais competentes em matéria de turismo e desenvolvimento regional nas áreas costeiras, bem como os parceiros económicos, sociais e ambientais, sejam inteiramente associados a todas as estruturas estáveis criadas no quadro destas políticas, bem como aos programas de cooperação transfronteiras em que essas regiões estejam envolvidas;

06. Destaca a ligação fundamental existente entre uma infra-estrutura plenamente operacional e o êxito de uma qualquer região de

through product diversification and alternative forms of tourism (e.g. business, cultural, medical, sport, agricultural and sea-related tourism); notes that diversification of products and services will help create growth and employment and reduce environmental, economic and social effects;

03. *Stresses the need to safeguard workers' rights in the sector, promoting quality jobs and the acquisition of skills, this entailing, inter alia, suitable training, more extensive use of long-term contracts, equitable and decent wages and better working conditions;*

04. *Calls for an integrated approach to coastal tourism in the context of the EU's cohesion, maritime, fisheries, environmental, transport, energy, social and health policies, in order to create synergies and avoid inconsistent actions; recommends that the Commission takes into account such an integrated approach to the sustainable growth of coastal tourism, especially in connection with the EU's maritime policy, as a strategic objective of its work programme for 2010-2015, and also in the context of the mid-term review of the financial framework for 2007-2013;*

05. *Calls on the Member States to ensure the full participation of the regional and local authorities responsible for tourism and regional development in coastal zones as well as of economic, social and environmental partners in all permanent structures set up under these policies, and in the cross-border cooperation programmes in which those regions are involved;*

06. *Highlights the fundamental link between a well-functioning infrastructure and a successful tourist region, and thus calls on*

turismo, instando, dessa forma, as autoridades competentes a elaborarem planos de aperfeiçoamento das infra-estruturas locais, em benefício dos turistas e dos residentes locais; recomenda vivamente, nesta perspectiva, aos Estados-Membros costeiros que tomem todas as medidas necessárias para assegurar que os novos projectos de melhoria das infra-estruturas, incluindo as instalações petrolíferas e outras, sejam sistematicamente construídas por recurso às mais recentes tecnologias disponíveis, a fim de assegurar a redução do consumo de energia e das emissões de carbono e melhorar a eficiência energética através da utilização de fontes renováveis de energia;

07. Encoraja a Comissão, os Estados-Membros e as regiões a promoverem cadeias de mobilidade sustentáveis nos transportes públicos de curta distância, pistas para ciclistas e percursos pedestres, especialmente no caso de percursos costeiros transfronteiriços, e a apoiarem, neste contexto, o intercâmbio de boas práticas;

08. Recomenda à Comissão a adopção de uma abordagem holística do turismo costeiro, tanto no âmbito da coesão territorial, como da sua estratégia para uma Política Marítima Integrada, concretamente para as ilhas, para os Estados-Membros insulares, para as regiões ultraperiféricas e para as demais zonas costeiras, devido, nomeadamente, à elevada dependência destes territórios do sector do turismo;

09. Incentiva vivamente a Comissão e os Estados-Membros a incluírem o turismo costeiro na lista de prioridades das orientações estratégicas para o próximo período de programação dos Fundos Estruturais, bem como entre as políticas das regiões costeiras da UE e, ainda, a definirem uma estratégia inovadora capaz de integrar a oferta do turismo costeiro;

10. Congratula-se, por conseguinte, com a participação das regiões costeiras nos programas e projectos INTERREG IV B e C, que abrangem a cooperação transnacional e

the competent authorities to draw up plans for optimising local infrastructure, for the benefit of both tourists and local residents; in this light, strongly recommends that coastal Member States take all measures necessary to ensure that new projects improving infrastructure, including oil plants and other facilities, are always built using the latest available technologies, in order to ensure the reduction of energy use and carbon emissions and improve energy efficiency through the use of renewable energy sources;

07. Urges the Commission, the Member States and the regions to promote sustainable mobility chains involving local public transport, cycle tracks and footpaths, in particular along cross-border stretches of coastline, and to support the exchange of good practices;

08. Recommends that the Commission adopt a holistic approach to coastal tourism in the context of both its territorial cohesion and its strategy for an integrated maritime policy, in particular for the islands, the island Member States, the outermost regions and the other coastal zones, notably in view of the high dependence of these areas on tourism;

09. Strongly encourages the Commission and the Member States to include coastal tourism in the list of priorities within the strategic guidelines for the next programming period of the Structural Funds as well as among the policies of the EU's coastal regions and to define an innovative strategy able to integrate the coastal tourism offer;

10. Welcomes therefore the participation of coastal regions in INTERREG IV B and C programmes and projects covering both transnational and interregional cooperation in

inter-regional no domínio do turismo, e convida-as a fazer uso efectivo dos instrumentos e iniciativas da UE para as regiões costeiras (como as Estratégias Mediterrânica e do Mar Báltico e a Sinergia para o Mar Negro); recomenda vivamente à Comissão que dê mais ênfase às regiões costeiras nos novos programas INTERREG para o próximo período de programação;

11. Regista a opinião do Comité das Regiões quanto à criação de um Fundo Litoral Europeu, e solicita à Comissão, no contexto do próximo quadro financeiro, a análise da melhor forma de coordenar todos os futuros instrumentos financeiros que incluam acções nas regiões costeiras;

12. Recomenda o desenvolvimento de um pilar do conhecimento no desenvolvimento integrado das zonas costeiras através da criação de uma rede europeia sectorial sob a égide do Instituto Europeu da Inovação e Tecnologia, previsto no Regulamento (CE) N.º 294/2008, e do Sétimo Programa-Quadro de Investigação e Desenvolvimento, previsto na Decisão 1982/2006/CE;

13. Recomenda aos Estados-Membros costeiros a aplicação desta abordagem integrada ao nível dos Programas, quando seleccionam e executam projectos relacionados com o litoral, adoptando a inter-sectorialidade como princípio e promovendo particularmente a criação de parcerias público-privadas, a fim de reduzir a pressão sobre as administrações locais em causa;

14. Congratula-se com as prioridades identificadas pela Comissão na Agenda para um Turismo Europeu Sustentável e Competitivo no turismo costeiro e marítimo; sugere que se inclua informação específica sobre os destinos costeiros e redes no recentemente criado "European Tourist Destinations Portal", especialmente os menos conhecidos e divulgados, de forma a permitir a sua promoção para além das fronteiras da UE, incluindo igualmente os níveis regional e local;

the field of tourism and invites them to make effective use of EU initiatives and instruments for coastal regions (such as the Mediterranean and East Sea Strategies and the Black Sea Synergy); strongly recommends that the Commission place greater emphasis on coastal regions in the new INTERREG programmes for the next programming period;

11. *Takes note of the Committee of the Regions' view concerning the creation of a European coastal fund, and calls on the Commission, in the context of the next financial framework, to examine ways of better coordinating all future financial instruments that cover action in coastal regions;*

12. *Recommends building up a knowledge pillar as part of the integrated development of the coastal zones, by creating a European sectoral network under the umbrella of the European Institute of Innovation and Technology provided for in Regulation (EC) No 294/2008 and the Seventh Framework Programme provided for in Decision No 1982/2006/EC;*

13. *Recommends that the coastal Member States apply the integrated approach on the programme level when selecting and executing projects related to the coasts, adopting an intersectoral method and prioritising the creation of public-private partnerships, in order to reduce pressure on the local administrations concerned;*

14. *Welcomes the priorities identified by the Commission for coastal and maritime tourism in the Agenda for a Sustainable and Competitive European Tourism; suggests that the recently-created European Tourist Destinations Portal could include specific information on coastal destinations and networks, especially those which are less well-known and less publicised, with a view to their promotion beyond the EU's borders, including at regional and local level;*

15. Solicita, a este respeito, à Comissão que reconheça o Turismo Costeiro e Aquático como um tema de excelência para 2010 no quadro do seu projecto-piloto “Destinos Europeus de Excelência”;

16. Lamenta que a actual falta de transparência nas despesas da UE nas zonas costeiras impossibilite a quantificação do nível de investimento ou a análise do impacto das iniciativas apoiadas nessas regiões; congratula-se, neste contexto, com a proposta de criação de uma base de dados para as regiões marítimas contida no supracitado Livro Verde sobre a futura política marítima, que incluirá informações sobre os beneficiários de todos os fundos comunitários (incluindo os Fundos Estruturais), e convida a Comissão a levar de imediato a cabo esta importante tarefa; salienta a importância de tais iniciativas para assegurar a transparência neste sector; convida a Comissão a activar os instrumentos apropriados, a fim de disponibilizar estes dados para fins de análise e estatísticas e exorta os Estados-Membros a cumprirem as suas obrigações em matéria de publicação dos beneficiários finais, propiciando, assim, uma ampla panorâmica dos projectos existentes;

17. Convida a Comissão, os Estados-Membros e as regiões a elaborarem conjuntamente um catálogo exaustivo na Internet dos projectos financiados nas áreas litorais, permitindo, assim, às regiões aprenderem com a experiência dos outros, e também que o mundo académico, as comunidades litorais e outras partes interessadas identifiquem, difundam e maximizem o retorno às comunidades locais das melhores práticas; convida, nesta perspectiva, à criação de um fórum em que as partes interessadas possam contactar-se e partilhar boas práticas e de um grupo de trabalho com a participação de representantes dos Estados-Membros com vista a desenvolver planos de acção em matéria de turismo costeiro e promover o intercâmbio de experiências a nível interinstitucional;

15. *Calls on the Commission, in this connection, to recognise coastal and water tourism as an area of excellence for 2010 in the context of its pilot project European Destinations of Excellence;*

16. *Laments the fact that the current lack of transparency as regards EU expenditure in the coastal zones makes it impossible to quantify the level of investment or to analyse the impact of the supported initiatives in those regions; in this context welcomes the above mentioned Green Paper on future maritime policy's provision to create a database for maritime regions that will include information on the beneficiaries of all Community funds (including the Structural Funds) and calls on the Commission to accomplish this important task without delay; stresses the importance of such an initiative for ensuring transparency in this field; calls on the Commission to activate suitable instruments for making these data available for analytic and statistical purposes and calls on the Member States to fulfil their obligations concerning the publication of the final beneficiaries thus providing a comprehensive picture of existing projects;*

17. *Calls on the Commission, the Member States and the regions to draw up jointly an exhaustive catalogue, to be made available on the internet, of projects funded in the coastal zones, thus enabling the regions to learn from others' experience and permitting academia, the coastal communities and other interested parties to identify, publicise and maximise the transfer of best practices to the local communities; in this light recommends the setting up of a forum where interested parties can contact each other and share good practices and of a working group of representatives of Member States to develop action plans on coastal tourism and foster the exchange of experiences at institutional level;*

18. Convida a Comissão a usar também este catálogo na Internet para demonstrar aos cidadãos os benefícios que a Europa traz às regiões costeiras, contribuindo, assim, para a legitimação do financiamento europeu e para uma imagem positiva da UE;

19. Convida a Comissão a assegurar que o desenvolvimento contínuo pelo EUROSTAT de uma base de dados socioeconómica nas regiões litorais da UE inclua dados sobre turismo fiáveis, homogéneos e actualizados, essenciais para facilitar as tomadas de decisões por parte do sector público e para fazer comparações, quer entre regiões, quer entre sectores; recomenda urgência aos Estados-Membros costeiros no processo de aplicação da Conta Satélite do Turismo nos seus territórios;

20. Insiste na forte ligação entre ambiente e turismo costeiro; recomenda, assim, que as políticas de desenvolvimento do turismo incluam medidas práticas consentâneas com uma política geral de protecção e gestão do ambiente; congratula-se, por conseguinte, com o facto de o desenvolvimento sustentável estar consagrado no artigo 17.º do Regulamento (CE) N.º 1083/2006 (relativo aos Fundos Estruturais 2007-2013), como um dos princípios fundamentais aplicáveis à implementação de todas as intervenções estruturais, cuja aplicação deve ser devidamente verificada através de actividades de monitorização apropriadas; recomenda vivamente a introdução nos regulamentos de uma disposição similar no decurso do próximo período de programação; salienta o importante contributo que este facto daria à promoção do ecoturismo;

21. Lembra que as regiões costeiras são particularmente afectadas, quer pelas alterações climáticas e por algumas das suas consequências, como a subida do nível das águas do mar e a erosão das areias, quer pelo número e força crescentes das tempestades; insiste, por conseguinte, em que as regiões costeiras concebam planos de prevenção dos riscos em matéria de alterações climáticas;

18. *Invites the Commission also to use this internet catalogue to make the public aware of the benefits brought by the EU to the coastal regions, thus contributing to a more positive view of European funding and enhancing the Union's image;*

19. *Calls on the Commission to ensure that the ongoing compilation by Eurostat of a socio-economic database for the EU's coastal regions includes data on tourism that is reliable, uniform and up-to-date, since this is essential in order to facilitate decision-making in the public sector and enable comparison between regions and sectors; recommends that the coastal Member States, as a matter of urgency, act to implement the Tourism Satellite Account in their territory;*

20. *Stresses that there is a close link between the environment and coastal tourism; and that policies to develop tourism should include practical measures in line with a general policy of environment protection and management; welcomes, therefore, that sustainable development is enshrined in article 17 of the Regulation (EC) No 1083/2006 (on Structural Funds 2007-2013) as one of the key principles applying to the implementation of all structural interventions whose application has to be duly verified through appropriate monitoring activities; strongly recommends that a similar provision be introduced in the Regulations for the next programming period; emphasises the important contribution this would make to fostering eco-tourism;*

21. *Points out that coastal regions are particularly affected by the impact of climate change and the attendant rise in sea level and sand erosion, plus the increasing incidence and strength of storms; insists therefore that coastal regions devise climate change risk and prevention plans;*

22. Chama a atenção para as repercussões das alterações climáticas no turismo costeiro; insta, por esse motivo, a Comissão a, por um lado, integrar de forma consequente os objectivos da UE de redução das emissões de CO₂ na política dos transportes e do turismo e a, por outro, promover medidas de protecção do turismo costeiro sustentável contra os efeitos das alterações climáticas;

23. Sublinha, neste contexto, a importância de se proceder à avaliação do potencial do contributo que o turismo poderá dar à protecção e conservação do ambiente; observa que o turismo poderia proporcionar uma maneira fácil de aumentar o grau de sensibilização para os valores ligados ao ambiente, mediante uma acção concertada entre as autoridades nacionais e regionais, por um lado, e os operadores turísticos e gerentes de hotéis e restaurantes, por outro; considera, por conseguinte, que tais esforços se deverão centrar nas regiões costeiras, devido ao seu perfil eminentemente turístico;

24. Saliencia a necessidade de, nos esforços de desenvolvimento do turismo, haver sempre a garantia da protecção dos elementos históricos e dos tesouros arqueológicos, bem como a preservação das tradições e do património cultural em termos globais, promovendo a participação activa das comunidades locais;

25. Solicita a concessão de incentivos ao desenvolvimento sustentável, de modo a preservar o património cultural e natural e o tecido social das regiões costeiras;

26. Convida a Comissão a assegurar que uma execução activa e conforme à Directiva-Quadro relativa à Estratégia Ambiental Marinha seja condição para receber financiamento da UE para projectos costeiros com impacto no mar;

22. *Points to the impact of climate change on coastal tourism; therefore calls on the Commission on the one hand consistently to integrate the EU targets for reducing CO₂ emissions into transport and tourism policy and, on the other hand, to promote measures to protect sustainable coastal tourism from the impact of climate change;*

23. *Emphasises, in this context, the importance of assessing the potential of tourism to contribute to environmental protection and conservation; notes that tourism might offer an easy way to raise awareness of environmental values through the concerted action of national and regional authorities on the one hand and tourism operators and hotels and restaurants managers on the other; considers therefore, that coastal regions should be targeted by such efforts, due to their pre-eminently touristic profile;*

24. *Stresses the need, in developing tourism, of always ensuring the protection of historical features and archaeological treasures and the preservation of traditions and of cultural heritage in general, fostering the active involvement of local communities;*

25. *Calls for incentives to be provided for sustainable development, so as to safeguard the cultural and natural heritage and the social fabric in coastal regions;*

26. *Calls on the Commission to ensure that active execution in line with the Marine Strategy Framework Directive is a condition for receiving EU funding for coastal projects having an impact on the sea;*

27. Pede à Comissão que use todos os instrumentos de avaliação apropriados para verificar a aplicação deste princípio nas zonas costeiras durante o actual período de programação, assim como a partilha das responsabilidades entre os diferentes níveis de decisão;

28. Assinala que a pressão exercida sobre as zonas costeiras em virtude de excessivas intervenções no domínio das infra-estruturas físicas é prejudicial ao desenvolvimento e atractividade do turismo costeiro, sendo que esses aspectos poderiam ser promovidos através de serviços de turismo de elevada qualidade, essenciais à competitividade do litoral e à promoção de emprego de qualidade, bem como das qualificações; convida, por conseguinte, as regiões costeiras a encorajarem investimentos alternativos, nomeadamente os investimentos assentes nas TIC, os novos potenciais de produtos tradicionais locais e formação de elevada qualidade para os trabalhadores do sector do turismo; reivindica, por isso, a criação de programas de formação destinados a estabelecer um núcleo de trabalhadores especializados, capazes de lidar com a complexidade e a variedade crescentes do sector do turismo;

29. Solicita aos Estados-Membros que desenvolvam políticas adequadas de urbanismo e de ordenamento do território, compatíveis com a paisagem costeira;

30. Saliencia que a elevada qualidade constitui a principal vantagem comparativa do produto turístico europeu; convida os Estados-Membros e as autoridades regionais e locais a valorizarem e reforçarem a qualidade dos serviços turísticos em termos de segurança, amplas e modernas infra-estruturas, a responsabilidade social das empresas envolvidas e as actividades económicas compatíveis com o ambiente;

31. Convida a Comissão a incluir na sua política de “clusters” marítimos os serviços e os sectores industriais relevantes para o turismo costeiro, permitindo, assim, uma interacção

27. Calls on the Commission to use all suitable evaluation instruments to ensure the implementation of this principle in the coastal zones during the present programming period, as well as the sharing of responsibilities between the different decision-making levels;

28. Emphasises that pressure on coastal zones due to excessive physical infrastructure interventions is to the detriment of coastal tourism development and attractiveness, whereas those aspects could be fostered through high quality tourism services, essential for coastal regional competitiveness and the promotion of quality jobs and qualifications; invites, therefore, coastal regions instead to encourage alternative investments such as investments in ITC-based services, new potentials of local traditional products and high-quality training for workers of the tourism sector; calls, also, for the design of training programmes to create a pool of skilled workers, to deal with the increased complexity and variety of the tourism sector;

29. Calls on the Member States to devise appropriate urban development and planning policies that are compatible with the coastal landscape;

30. Stresses that high quality represents the basic comparative advantage of the European tourism product; calls on the Member States and the regional and local authorities to highlight and strengthen the quality of tourism services in terms of the provision of security, ample and modern infrastructure, the corporate social responsibility of the enterprises involved, and environment-friendly economic activities;

31. Calls on the Commission to ensure that its policy for maritime clusters includes productive services and sectors of relevance to coastal tourism, thus enabling fruitful inte-

produtiva entre os que utilizam o mar como um recurso para aumentar a sua competitividade, sustentabilidade e contributo para o desenvolvimento económico do litoral; considera também que os cuidados médicos, de bem-estar, educacionais, tecnológicos ou componentes desportivas deveriam ser incluídos como serviços litorais nos “clusters” marítimos, como elementos cruciais para o desenvolvimento destas zonas;

32. Assinala a importância da acessibilidade para o desenvolvimento das regiões costeiras; exorta, por conseguinte, a Comissão e as autoridades costeiras nacionais e regionais a desenvolverem meios que permitam assegurar ligações excelentes via transportes terrestres, aéreos e fluviais e marítimos; reitera o pedido feito aos mesmos actores, tendo em conta a carga poluente do mar em muitas regiões e cidades portuárias, no sentido de melhorarem significativamente os incentivos ao abastecimento dos navios atracados nos portos a partir da rede de terra; convida os Estados-Membros a analisarem a possibilidade de adopção de medidas como a redução das taxas aeroportuárias, sempre na observância do princípio estabelecido na supracitada proposta de directiva relativa às taxas aeroportuárias, a fim de aumentar a atractividade e promover a competitividade das zonas costeiras; salienta, para o efeito, a necessidade de incrementar o respeito das normas de segurança dos aeroportos e aviação, incluindo a remoção de depósitos de combustível nas proximidades dos aeroportos, sempre que necessário;

33. Convida os Estados-Membros e as autoridades regionais a promoverem a melhoria dos portos e dos aeroportos nas regiões costeiras e insulares para responder às necessidades do turismo, tendo devidamente em conta as possibilidades ambientais existentes e o respeito da estética e do ambiente natural;

34. Insiste em que a coesão territorial assenta numa abordagem transversal que abrange toda a UE, que pode melhorar as ligações entre a costa e o interior em virtude

reaction among those who use the sea as a resource to increase their competitiveness, sustainability and contribution to coastal economic development; considers, furthermore, that medical, welfare, educational, technological and sporting facilities should be included as coastal services under the maritime clusters, as key elements for the development of the coastal zones;

32. Highlights the importance of accessibility for the development of coastal regions; calls therefore on the Commission, national and regional coastal authorities to develop ways to ensure an optimal connectivity via land, air and waterway transportation; reiterates its call on the same actors, in view of the high incidence of marine pollution in numerous regions and port cities, to boost incentives for the supply of vessels in port from the land network; invites Member States to analyse the possibility of adopting measures such as reducing airport taxes, always in accordance with the procedure laid down in the above-mentioned proposal for a Directive on airport charges, in order to increase the attractiveness of and foster the competitiveness of coastal areas; for the same purpose, stresses the necessity of enhancing the respect of airport and aviation safety standards, including removal of fuel depots near airports, where necessary;

33. Calls on the Member States and regional authorities to promote the upgrading of ports and airports in coastal and island regions in order to meet the needs of tourism, taking due account of the existing environmental possibilities and respect for aesthetic considerations and the natural surroundings;

34. Stresses that territorial cohesion is a horizontal concept covering the EU as a whole, which can enhance the links between coast and hinterland by virtue of the existing

das complementaridades existentes e a influência mútua entre zonas costeiras e zonas interiores (aliando, por exemplo, actividades costeiras ao turismo rural e urbano, aumentando a acessibilidade fora da estação alta do turismo e realçando e diversificando os produtos locais); observa que o Livro Verde supramencionado sobre a futura política marítima faz uma referência especial às regiões insulares, reconhecendo que estas enfrentam desafios de desenvolvimento que lhes são específicos, em virtude das suas desvantagens naturais permanentes; assinala que as regiões costeiras enfrentam, em geral, problemas similares e convida a Comissão a assegurar a desejável ligação do turismo costeiro com a gestão integrada das zonas costeiras e com o planeamento espacial dos mares no âmbito da futura implementação da coesão territorial;

35. Incentiva, do mesmo modo, as autoridades costeiras regionais e locais a encorajarem planos de “marketing” territorial integrados com os parceiros em termos de vizinhança marítima e terrestre e a promoverem a equidade no desenvolvimento do turismo e das viagens, de forma a aumentar a competitividade turística sem prejuízo da competitividade global;

36. Incentiva as regiões costeiras a participarem em projectos de cooperação inter-regional, como, por exemplo, sob o tema IV da iniciativa “As Regiões e a Mudança Económica”, com o objectivo de criar redes temáticas de turismo costeiro e de trabalhar nas já existentes, bem como de assegurar a troca de conhecimentos e das melhores práticas;

37. Recomenda às autoridades públicas nacionais, regionais e locais competentes a promoção de projectos estratégicos no turismo costeiro sob os seus programas de cooperação, concedendo assistência técnica para a preparação dos projectos, a disponibilização de financiamentos adequados para estas intervenções e a priorização do recurso aos Fundos Estruturais para o desenvolvimento de um turismo sustentável e compatível com o ambiente nas regiões cos-

complementarities of and mutual influence between coastal and inner areas (e.g. connection of coastal activities to rural and urban tourism, improvement of out-of-season accessibility for tourism, increasing the profile of local products while encouraging their diversification); notes that the abovementioned Green Paper on future maritime policy makes special reference to island regions, acknowledging that they face particular developmental challenges due to their permanent natural handicaps; emphasises that similar problems are faced by coastal regions in general and calls on the Commission to take account of the need to link coastal tourism to the integrated management of coastal zones and spatial planning for the seas in the future implementation of territorial cohesion;

35. *Urges the coastal regional and local authorities, similarly, to encourage integrated territorial marketing schemes alongside their partners in the context of sea-and-land based neighbourhood relations and to promote equity in tourism development and travel with a view to boosting competitiveness in the tourist sector without prejudice to overall competitiveness;*

36. *Encourages the coastal regions to take part in projects for interregional cooperation, e.g. under Theme IV of the initiative Regions for Economic Change, with the objective of creating new thematic coastal tourism networks and building on those already in place, as well as ensuring the exchange of know-how and best practice;*

37. *Recommends that the public authorities concerned at national, regional and local level act to promote strategic projects for coastal tourism under their cooperation programmes, providing technical assistance for the preparation of projects, making available suitable levels of funding for such actions and prioritising the use of Structural Funds for developing sustainable, environmentally-friendly tourism in coastal regions, for both Convergence and Competitiveness and Em-*

teiras, quer nos sectores da convergência e da competitividade, quer no domínio do emprego; considera, neste contexto, que deve ser prestada uma especial atenção às operações que visam o desenvolvimento das comunicações e as tecnologias da informação;

38. Convida a Comissão a planear, no próximo ano, pelo menos um evento específico focalizado no turismo costeiro, de preferência a 20 de Maio, o Dia Marítimo Europeu, que facilite a comunicação e o estabelecimento de contactos entre parceiros e a partilha das melhores práticas, por exemplo na aplicação do Modelo Integrado de Gestão de Qualidade da UE; incentiva, neste contexto, todos os actores a apresentarem os respectivos projectos directa ou indirectamente relacionados com o turismo que beneficiem de apoio financeiro da Comunidade;

39. Considera que a promoção do turismo náutico, inclusive através da promoção de actividades económicas relacionadas com o sector pode ajudar os cidadãos da União a desenvolverem hábitos mais sustentáveis e uma consciência mais ecológica; convida, por conseguinte, os Estados-Membros a incentivarem o investimento para esse efeito nas suas regiões costeiras;

40. Convida também a Comissão a desenvolver um guia prático sobre os financiamentos da UE em matéria de turismo costeiro, a fim de orientar as partes interessadas durante a fase de procura de financiamento;

41. Reconhece o importante contributo que o crescimento do turismo de cruzeiros pode trazer ao desenvolvimento das comunidades litorais, desde que seja assegurado o equilíbrio entre riscos e recompensas, entre os custos fixos para investimentos em terra e a flexibilidade de operadores de cruzeiro, assim como correctamente salvaguardadas as preocupações ambientais;

42. Convida a Comissão a apoiar as comunidades litorais na aprendizagem sobre as melhores práticas e como maximizarem

ployment areas; in this connection, special attention should be paid to operations aimed at developing communications and IT;

38. Calls on the Commission to organise at least one special event within the next year, preferably on 20 May, European Maritime Day, focusing on coastal tourism, with a view to facilitating communication and fostering contacts between partners and sharing best practice, e.g. in the implementation of the EU's integrated quality management model; in this context encourages all actors to present their Community-funded projects directly or indirectly relating with coastal tourism;

39. Considers that fostering nautical tourism, also through the promotion of sector-related economical activities can help citizens of the Union to develop more sustainable habits and higher ecological awareness; invites therefore Member States to encourage investments for this purpose in their coastal areas;

40. Calls on the Commission, in addition, to draw up a practical guide to EU financing in the area of coastal tourism, so as to orient the interested parties in the phase of seeking funds;

41. Recognises the major potential contribution of increased cruise tourism to the development of coastal communities, provided a balance is struck between risks and responsibilities and between fixed costs for on-shore investments and flexibility for cruise operators, with environmental concerns being correctly met at the same time;

42. Calls on the Commission to support coastal communities in acquiring best practices and in learning to maximise the return to the

o retorno às comunidades locais das mais valias do turismo de cruzeiro, em particular, e do turismo costeiro, em geral;

43. Convida as regiões costeiras a criarem e a apoiarem agências de desenvolvimento regionais ou locais, de forma a criar redes entre profissionais, instituições, peritos e administrações dentro do mesmo território, assim como entre diferentes países, com funções consultivas e de informação aos potenciais beneficiários públicos e privados;

44. Recomenda aos Estados-Membros costeiros que tenham em conta a sustentabilidade dos projectos de cooperação no pós-financiamento, não só financeiramente, mas em termos de continuidade da cooperação entre parceiros e da interconexão com os serviços locais relevantes;

45. Recomenda aos Estados-Membros costeiros que assegurem a elevada visibilidade dos projectos seleccionados e simplifiquem os procedimentos de acesso a financiamento, a fim de atrair financiamento privado para o turismo costeiro e de facilitar a criação de parcerias entre autoridades públicas e actores privados, particularmente PME; recomenda a valorização dos benefícios recreativos do turismo marinho e costeiro e que contribuam para uma fauna e flora saudáveis (fomentando o eco-turismo, o turismo piscícola, a observação das baleias, etc.); considera que estes objectivos poderiam articular-se no contexto do Dia Marítimo Europeu, celebrado anualmente a 20 de Maio;

46. Convida as associações ambientais, os sectores económicos ligados ao mar, os actores culturais, a comunidade científica, as entidades civis e os residentes locais a estenderem a sua participação a todas as fases do projecto, incluindo o acompanhamento, a fim de assegurar a sua sustentabilidade a longo prazo;

47. Convida, por último, a Comissão a avaliar regularmente até que ponto o financiamento comunitário efectuado nas zonas costeiras afecta actualmente o desenvolvi-

local communities of the value added generated by cruise tourism in particular and coastal tourism in general;

43. Calls on the coastal regions to set up and support regional or local development agencies, which would help network professionals, institutions, experts and administrations within the same area and between Member States and would offer consultation and information to potential beneficiaries from both public and private sectors;

44. Recommends that the coastal Member States take account of sustainability in the context of post-financing cooperation projects, not only in financial terms but also in relation to the continuity of cooperation between partners and interconnection with the relevant local services;

45. Recommends that the coastal Member States ensure high visibility for the projects selected and simplify the procedures for access to funding, with a view to attracting private financing for coastal tourism and facilitating the creation of partnerships between public authorities and private-sector players, especially SMEs; recommends the promotion of the recreational benefits of marine and coastal tourism in the context of ensuring healthy flora and fauna (fostering ecotourism, fish tourism, whale watching, etc); believes that these objectives could be embodied in the European Maritime Day held each year on 20 May;

46. Calls on environmental groups, economic sectors linked to the sea, cultural organisations, the scientific community, civic entities and local residents to participate in all stages of the project, including its monitoring, with a view to its long-term sustainability;

47. Calls on the Commission, finally, to undertake a regular assessment of the extent to which Community funding in the coastal zones is impacting on their regional deve-

mento regional destas zonas, a fim de difundir as melhores práticas e de apoiar redes de parceria entre os diferentes actores através de um Observatório para o Turismo Litoral Sustentável;

48. Encarrega o seu Presidente de transmitir a presente resolução ao Conselho, à Comissão, aos governos e parlamentos dos Estados-membros e ao Comité das Regiões.

lopment, with a view to disseminating best practice and supporting partnership networks linking the different players by means of a monitoring centre for sustainable coastal tourism;

48. *Instructs its President to forward this resolution to the Council, the Commission, the governments and parliaments of the Member States and the Committee of the Regions.*

Exposição de Motivos

Enquadramento geral

A União Europeia conta nos seus 27 Estados Membros com mais de 89 000 Km de zona costeira. Mas esta zona litoral europeia abrange realidades muito diferentes como grandes centros urbanos e capitais de países europeus, nomeadamente Lisboa, Atenas, Copenhaga ou Estocolmo, ou pequenas ilhas que vivem essencialmente do turismo e da pesca.

A vocação marítima da União Europeia, com profundas raízes históricas e tradições em alguns dos Estados Membros foi a grande responsável pela expansão do velho Continente para novos mundos o que trouxe prosperidade e permitiu consolidar a importância do litoral no desenvolvimento dos Estados costeiros.

Se algumas regiões são indissociáveis da costa que as rodeia, como as regiões ultraperiféricas que vivem essencialmente do turismo e de actividades ligadas ao mar, outras têm na sua zona costeira uma contingência geográfica que em nada depende do turismo para se desenvolver economicamente ou em que o turismo pouco representa em termos de PIB.

Segundo algumas projecções, em 2010 cerca de 75% da humanidade habitará nas zonas costeiras. Esta forte concentração dos cidadãos no litoral, é por si só, suficientemente reveladora da necessidade que urge em se encarar com pragmatismo o estudo do impacto do turismo nas zonas costeiras e nomeadamente o seu impacto na economia europeia nacional, regional e local.

Explanatory Statement

General framework

The EU's 27 Member States account for a grand total of more than 89 000 km of coastline. At the same time, this European coast comprises a highly divergent set of locations, ranging from big cities and Member State capitals such as Lisbon, Athens, Copenhagen or Stockholm to small islands living essentially from tourism and fisheries.

The Union's maritime vocation, deeply rooted as it is in the histories and traditions of some of the Member States, underlies Europe's historic expansion to other continents, which brought prosperity in its wake and consolidated the role of the coastline in the development of the coastal states.

In the case of some regions, their identity is bound up with that of their coastline; thus, the outermost regions live above all from tourism and from activities related to the sea. Other regions have, by contrast, coastlines whose geographical characteristics do not produce a dependence on tourism, or for whose GDP tourism is not of major importance.

According to some projections, in 2010 approximately 75% of humanity will live in coastal regions. This concentration of population on the coastlines is in itself indicative of the need for a pragmatic approach to the impact of tourism on coastal zones and, even more so, on the European economy at national, regional and local levels.

A União Europeia e o Turismo

Embora o turismo não faça actualmente parte das competências ou domínios políticos da União Europeia, refere-se no artigo 3º do Tratado CE que pode ser objecto de “medidas”, o que tem permitido à UE levar a cabo uma série de políticas, programas e acções na área do turismo.

Esta acção fragmentada e sectorial da União Europeia deixa desde logo antever alguns problemas que se traduzem na falta de coerência nas estratégias seguidas na aplicação das várias políticas e numa amalgama de programas e formas de apoio ao turismo que acabam por se prejudicar reciprocamente por falta de linha política condutora e coerente para concretizar com sucesso os fins a que se propõem.

Os Chefes de Estado e de Governo acordaram inserir no novo Tratado de Lisboa um artigo que confere doravante mais competências à UE, e em particular ao Parlamento Europeu, no domínio da política do turismo o que permitirá a preparação de novas estratégias de aplicação eficaz e real dos fundos de financiamento existentes na promoção de uma verdadeira política de turismo europeu.

Os Fundos Estruturais e o Turismo

Dado não haver competência da União Europeia na área do turismo e consequentemente instrumentos financeiros destinados especificamente a este sector, as intervenções turísticas a nível comunitário fazem-se essencialmente através dos Fundos Estruturais e de Coesão através dos programas operacionais regionais e dos programas operacionais sectoriais nacionais.

A Comissão de Desenvolvimento Regional do Parlamento Europeu decidiu autorizar um relatório de iniciativa e a realização de um estudo sobre o impacto do turismo nas zonas costeiras: aspectos do desenvolvimento re-

The EU and tourism

Tourism is not at present one of the EU's political competences as such, but Article 3 of the EC Treaty states that it may be the subject of 'measures'. This has enabled the Union to implement a range of policies, programmes and actions in the field of tourism.

Being fragmentary and sectorial in nature, this action by the Union has necessarily given rise to a number of problems, as reflected in a lack of coherence between the strategies followed in applying the various policies and a mixture of programmes and support measures for tourism which can end up adversely affecting one another, thanks to the lack of a guiding political thread for realisation of the goals proposed.

It was agreed by the heads of state and government that the Treaty of Lisbon would include an article conferring more powers on the Union, and in particular on the EP, in the field of tourism policy. This would make it possible to devise new strategies for the effective and real execution of the existing funding, through the promotion of a full-fledged European tourism policy.

The Structural Funds and tourism

Given that the Union does not have powers as such in the field of tourism and that there are therefore no financial instruments devoted specifically to the sector, interventions in tourism policy at Community level are essentially channelled through the Structural Funds and the Cohesion Fund, via the regional operational programmes and the national sectoral operational programmes.

It was decided by Parliament's Committee on Regional Development to authorise an own-initiative report and a study of the impact of tourism in the coastal zones (regional development aspects), the aim being to undertake

gional, de forma a se fazer um levantamento da efectiva aplicação dos Fundos Estruturais no sector do Turismo costeiro e o concreto impacto do sector deste turismo costeiro sobre a coesão económica, social e territorial de todos os Estados-Membros.

O aprofundado e importante estudo apresentado em sede de Comissão conclui, entre outras, coisas que entre os principais desafios colocados ao turismo costeiro, é de salientar a sazonalidade, a necessidade de medidas de desenvolvimento sustentável e a diversificação das actividades de lazer.

Reconhece-se neste estudo o grande apoio dado a intervenções do turismo costeiro através das medidas no âmbito dos POR cofinanciados pelo FEDER, como em infra-estruturas públicas, programas de subvenções para PME do sector do turismo, marketing territorial e actividades de promoção.

É aqui referida a dificuldade que a natureza transversal do sector do turismo acarreta para a avaliação dos efeitos destas iniciativas no sector regional, valorizando-se no entanto o impacto qualitativo quanto ao reforço das capacidades institucionais. Segundo os autores “Os FE estimularam a participação em parcerias, mesmo com estas a evidenciarem diferentes graus nos vários projectos, e contribuíram para a melhoria da qualidade da programação e concepção dos projectos.”, assim como o importante contributo dos FE para a evolução no sentido de uma abordagem mais integrada da gestão da qualidade das zonas costeiras.

Conclusões

A consulta aos actores no terreno, em termos de Turismo costeiro que serviu de base à realização deste relatório de iniciativa, foi muito enriquecedora e essencialmente reveladora da necessidade de tomar medidas concretas no sentido de tornar mais eficaz a aplicação dos fundos já existentes ao sector do turismo costeiro, não havendo especial necessidade de instrumentos novos, mas

a survey of the real application of the Structural Funds in the coastal tourism sector and the concrete impact of that sector on economic, social and territorial cohesion in all the Member States.

The study drawn up for the committee was both detailed and significant. It concluded that among the main issues facing coastal tourism it is important to stress the seasonal factor, the need for measures to promote sustainable development, and the importance of diversifying leisure activities.

This study recognises that major support is being given to actions in the field of coastal tourism by measures under the ROPs cofinanced by the ERDF, in areas such as public infrastructure, subsidies to tourist-sector SMEs, territorial marketing and promotional activities.

It evokes the problems which, given the transversal nature of the tourism sector, affect the evaluation of these initiatives' repercussions at regional level. At the same time, it looks at the qualitative impact in terms of the reinforcement of institutional capacity. The authors state that EU funding has stimulated participation in partnerships, albeit to varying degrees depending on the project, as well as contributing to higher-quality project programming and conception. Equally, EU funding has made a major contribution to achieving a more integrated approach to quality management in the coastal regions.

Conclusions

The consultation at ground level of the various players in the area of coastal tourism, which formed the basis of this own-initiative report, proved to be highly enriching, pointing up the need for concrete action to bring about the more effective application of the existing funds for the sector. There is no special need for new instruments: what is required is, rather, an integrated and coherent

sim de uma abordagem integrada e coerente do sector catalisando os instrumentos já existentes para um mesmo objectivo, com uma estratégia comum. Foi consensual a linha de raciocínio no sentido de uma abordagem integrada e holística do sector turístico nas zonas costeiras.

A diversificação do turismo costeiro, deixando de estar dependente do conceito “mar, sol, areia”, tornando-o mais eclético em termos de oferta é hoje um desafio crucial que urge incentivar, desenvolvendo-se assim novos segmentos da economia regional costeira e promovendo-se simultaneamente os objectivos da Estratégia de Lisboa e de Gotemburgo em matéria de competitividade e crescimento.

As políticas sectoriais, como as pescas, a política marítima, a política de transportes, a política energética, a política ambiental, a política de coesão ou mesmo a nova estratégia para a política agrícola europeia, mais baseada em produtos de excelência que a todo o momento interagem com os produtos turísticos costeiros devem, no próximo programa de trabalho da Comissão Europeia, assumir rasgos de inovação e trabalhar de forma integrada o desenvolvimento deste sector tão importante da economia europeia como é o turismo costeiro. Uma visão holística desta política deverá assumir contornos de realidade num futuro próximo da UE, nomeadamente através da revisão a meio termo do quadro financeiro 2007/2013 de forma a podermos assegurar um turismo costeiro de sustentável e de futuro para a União Europeia.

approach to the sector, dynamising the existing instruments in the context of a shared objective and a common strategy. There was a consensus on the need for an integrated and holistic approach to coastal tourism.

The diversification of coastal tourism, moving away from notions of ‘sun, sea and sand’ in the direction of a more varied supply, is now a crucial challenge which needs to be supported. It is necessary to develop new segments of the regional coastal economy, while promoting the competitiveness and growth objectives of the Lisbon and Gothenburg strategies.

Those sectoral policies, such as fisheries, maritime, transport, energy and cohesion policy, or, indeed, the new strategy for the CAP with its greater emphasis on quality products, which are in constant interaction with coastal tourist products, should, in the Commission’s forthcoming work programme, be enriched by innovative features and should be placed, in an integrated fashion, at the service of coastal tourism, given that sector’s major importance for the European economy. A holistic vision for this policy needs to become reality in the near future for the Union, notably in the context of the mid-term review of the financial framework for 2007-2013. This will enable us to ensure that the Union has a coastal tourism sector that is sustainable and forward-looking.

Resultado da Votação Final em Plenário

Data de aprovação
16.12.2008

Resultado da votação final em Plenário
547 votos a favor, 54 votos contra e 18 abstenções;

Result of Final Vote in the Plenary

Approval Date
16.12.2008

Result of Final Vote in the Plenary
547 votes in favour, 54 votes against and 18 abstentions



PARLAMENTO EUROPEU
GABINETE DA DEPUTADA
JAMILA MADEIRA

